



Impactos políticos da petrodependência nos municípios fluminenses

Political impacts of petro-dependence on Rio de Janeiro's municipalities

Impactos políticos de la petrodependencia en los municipios de Río de Janeiro

 **Vitor de Moraes Peixoto** E-mail: vpeixoto@pq.uenf.br

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro [UENF], Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

 **Bruna Gomes de Oliveira** E-mail: gomesbruna561@gmail.com

 **Davi Athaydes Leite** E-mail: daviathaydes1@gmail.com

 **Rafael Soares Salles** E-mail: rafael.salles@pq.uenf.br



Resumo: Desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, municípios limítrofes à Bacia de Campos têm recebido recursos financeiros provenientes da produção de petróleo e gás sob a forma de indenizações e compensações pelos impactos ambientais, sociais e econômicos ocasionados pela atividade extrativista. Este artigo se propõe a analisar a evolução dos indicadores políticos dos municípios de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos, comparando-os com unidades similares que não recebem *royalties* e participações especiais. Busca-se analisar se houve impacto desses vultosos recursos sobre indicadores de participação eleitoral, competição partidária, fragmentação das câmaras municipais e participação de gênero no poder local. Foram encontrados efeitos negativos fortes sobre a competição eleitoral para o legislativo e moderado nas eleições majoritárias, assim como no absenteísmo [brancos e nulos]. Entretanto, não foram detectados impactos no comparecimento eleitoral nem nas variáveis de participação de gênero nas eleições.

Palavras-chave: petrodependência; *royalties* do petróleo; participação eleitoral; competição partidária.

Abstract: Since the late 1990s and early 2000s, municipalities bordering the Bacia de Campos [Campos dos Goytacazes basin] have received financial resources from oil and gas production, in the form of indemnities and compensation for the environmental, social, and economic impacts caused by extractive activity. This article aims to analyze the evolution of the political indicators of municipalities in different regions of the state of Rio de Janeiro over the last 20 years, comparing them with similar units that do not receive *royalties* and special participations. The aim is to analyze whether there has been an impact of these large resources on indicators of electoral participation, party competition, fragmentation of municipal councils, and gender participation in local power. Strong negative effects were found on electoral competition for the legislature and moderate effects on majoritarian elections, as well as on absenteeism [blank and null ballots]. However, no impacts were detected on voter turnout or on gender participation variables in elections.

Keywords: oil dependence; oil *royalties*; electoral participation; party competition.

Resumen: Desde finales de la década de 1990 y principios de la década de 2000, los municipios ribereños de la Bacia de Campos reciben recursos financieros de la producción de petróleo y gas, en forma de indemnizaciones y compensaciones por los impactos ambientales, sociales y económicos causados por la actividad extractiva. Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución de los indicadores políticos de los municipios de diferentes regiones del estado de Río de Janeiro en los últimos 20 años, comparándolos con unidades similares que no reciben *royalties* y participaciones especiales. El objetivo es analizar si ha habido un impacto de estos grandes recursos en los indicadores de participación electoral, competencia partidaria, fragmentación de los concejos municipales y participación de género en el poder local. Se encontraron fuertes efectos negativos sobre la competencia electoral para la legislatura y efectos moderados sobre las elecciones mayoritarias, así como sobre el absentismo [votos en blanco y nulos]; sin embargo, no se detectaron impactos sobre la participación electoral ni sobre las variables de participación de género en las elecciones.

Palabras clave: petrodependencia; regalías petroleras; participación electoral; competencia partidaria.

Introdução

Desde o final de 1990 e o início dos anos 2000, municípios limítrofes à Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, têm-se beneficiado financeiramente devido à exploração de petróleo e gás na região. Esses recursos, provenientes de *royalties* e participações especiais, visam compensar impactos ambientais, sociais e econômicos das atividades extrativistas. Com isso, essas receitas se tornaram uma fonte importante de financiamento para muitas dessas localidades, alterando a dinâmica fiscal e possivelmente política desses municípios.

Apesar do volume expressivo de recursos, persiste a questão sobre o impacto efetivo dessas receitas sobre os indicadores políticos locais. É possível que a chegada desses meios tenha mudado tanto a forma como a população participa do processo eleitoral quanto como as dinâmicas de competição entre os partidos e a estrutura de representação nas câmaras municipais. Outra questão relevante é entender se esses recursos influenciam na inclusão de mulheres no poder local, fator importante para avaliar a diversidade e a representatividade política nas regiões beneficiadas. Considerar a hipótese de que um maior volume de recursos possa favorecer a presença feminina na política municipal é apoiar a possibilidade de haver mais verbas disponíveis para políticas de inclusão e incentivos ao engajamento de mulheres na política. Além disso, o aumento do orçamento público pode significar que mais partidos e lideranças locais exercem oportunidades políticas, ampliando suas bases e, possivelmente, apoiando candidaturas femininas. No entanto, também é possível que a dependência desses recursos mantenha estruturas de poder tradicionais, em que figuras já determinadas dominam os espaços políticos, limitando a renovação e a inclusão de grupos sub-representados.

O artigo busca comparar indicadores políticos de municípios das regiões dos Lagos, Norte e Noroeste Fluminense que recebem *royalties* com aqueles de unidades similares que não recebem tais recursos. Ao investigar indicadores como participação eleitoral, competição partidária, fragmentação das câmaras municipais e participação de gênero, pretende-se identificar possíveis diferenças e tendências nas dinâmicas políticas locais ao longo dos últimos 20 anos.

A possível relação entre as receitas extraordinárias provenientes de *royalties* e participações especiais sobre os indicadores políticos dos municípios petrorrentistas se dá pela volatilidade e pelas incertezas inerentes a esses recursos. Primeiramente, o petróleo é uma *commodity* sujeita a flutuações de preço no mercado internacional, além da influência direta da variação do dólar, o que torna as receitas municipais imprevisíveis. A oscilação dos valores recebidos ao longo do tempo pode gerar ciclos de bonança seguidos por crises financeiras abruptas, com impactos significativos sobre a administração dos municípios que já sofrem de mudanças de continuidade durante os períodos eleitorais.

A distribuição dos *royalties* sofre de instabilidade em duas outras vertentes: a questão jurídica e a da própria produção petrolífera. Mudanças regulatórias, como o Novo Marco do Petróleo, e decisões judiciais recentes, como o voto monocrático da Ministra Cármen Lúcia sobre a redistribuição de *royalties*, que suspendeu, em caráter cautelar, dispositivos que preveem novas regras de distribuição dos *royalties* do petróleo contidas na Lei 12.734/2012 [Brasil, 2013a], colocam em questão a segurança desses recursos para os municípios¹. Além disso, as novas descobertas do pré-sal e o aumento da produtividade em campos antigos e recém-explorados trazem uma perspectiva de aumento temporário de receitas para esses municípios.

¹ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=233758>. Acesso em: 5 set. 2025.

Assim como a produção de petróleo tende a declinar com o tempo, as bonanças podem ser transitórias, deixando os municípios expostos a crises financeiras repentinas, que, ocasionalmente, impactam a governança local e os indicadores de representatividade e participação política. Essa incerteza pode afetar o planejamento em longo prazo das administrações locais, influenciando a competição partidária, a fragmentação nas câmaras municipais e até mesmo a participação eleitoral, à medida que essas alterações reverberam no funcionamento político dessas localidades.

Portanto, torna-se imprescindível compreender como a transferência de *royalties* e participações especiais impacta o cenário político em municípios que se tornaram financeiramente dependentes dessa fonte de renda. Em um contexto de possíveis distorções provocadas pelo petrorrentismo, a análise desses indicadores políticos pode fornecer evidências sobre os efeitos dos recursos na democracia local e na governança pública.

A literatura sobre os efeitos das receitas de *royalties* frequentemente explora fenômenos como a "doença holandesa", um processo econômico no qual a abundância de recursos naturais leva a uma apreciação da moeda local, resultando em uma redução da competitividade das indústrias de manufatura e promovendo uma especialização econômica excessiva em setores de exportação de *commodities*. Esse efeito pode gerar desindustrialização e prejudicar o desenvolvimento de longo prazo [Pereira; Marconi, 2008]. Nesses estudos, é comum que o foco recaia sobre as implicações dos *royalties* para quem governa e sobre o modo como esses recursos influenciam as decisões orçamentárias e de desenvolvimento municipal. No entanto, o presente trabalho propõe uma perspectiva distinta: em vez de se concentrar nos impactos para os gestores, examina como as receitas de *royalties* moldam o cenário eleitoral e a dinâmica de quem disputa os cargos de poder.

No caso dos municípios petrodependentes, a literatura aponta que os efeitos sobre a competição são negativos, enquanto que sobre a reeleição são positivos [Brambor, 2012; Monteiro; Ferraz, 2012]. Mais especificamente, mais rendas exógenas [*royalties* e demais compensações financeiras] significam que mais candidatos tendem a concorrer para prefeito desde que o incumbente não esteja no páreo [Lima, 2017]. Este artigo propõe suprir uma lacuna da literatura que, salvo melhor juízo, privilegiou as análises sobre o executivo municipal e negligenciou influências sobre a disputa para os cargos legislativos.

As seções do texto se organizam em uma revisão bibliográfica da trajetória dos repasses de *royalties*, onde são destacados os principais fatores que influenciam na instabilidade dessas compensações financeiras e a possível relação com a dinâmica política municipal, seguido por um tópico de procedimentos metodológicos e a descrição dos resultados. Por fim, são elaborados alguns comentários à guisa de conclusão.

Referencial teórico

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, dispõe sobre a repartição dos benefícios financeiros oriundos da exploração de petróleo, gás natural e outros minerais, garantindo compensações aos estados e municípios impactados pela atividade extrativista [Brasil, [2023]]. Esses dispositivos asseguram que uma parcela significativa da receita obtida por meio da exploração de petróleo e gás seja destinada a municípios limítrofes às áreas produtoras, como aqueles situados na Bacia de Campos. As compensações financeiras pela exploração petrolífera representam uma retribuição ao poder público pelos direitos de uso de um recurso não renovável, cedidas para que grupos econômicos possam explorá-lo, utilizá-lo e comercializá-lo [Fernandes, 2007].

Essa estrutura de compensação financeira resultou na formação dos chamados "municípios petrorrentistas", designação para localidades que passaram a depender de receitas advindas da exploração de petróleo e gás, que, por vezes, mesmo não tendo nenhum tipo de relação na produção de petróleo, recebem altos valores em *royalties* petrolíferos, apenas por estarem situados em proximidades a blocos de extração [Piquet, 2010; Serra; Terra; Pontes, 2006]. Essas rendas obtidas por meio de *royalties* e participações especiais representam uma parcela significativa do orçamento desses municípios, influenciando seu desenvolvimento econômico e administrativo. Conforme os municípios petrorrentistas passaram a depender financeiramente dessas receitas, torna-se essencial entender a evolução dessas transferências ao longo das últimas décadas, dado seu impacto potencial nas dinâmicas políticas e sociais. A trajetória das receitas de *royalties* apresenta variações significativas, influenciadas por fatores econômicos e regulatórios que alteram os valores e a estabilidade desses repasses.

A partir da regulamentação da distribuição de *royalties* pela Lei do Petróleo nº 9.478/97 [Brasil, [2018]], os municípios brasileiros com atividades petrolíferas passaram a contar com receitas expressivas provenientes da exploração de recursos naturais. Contudo, a oscilação nas receitas petrolíferas tem afetado muitos desses municípios, que, muitas vezes, dependem desses repasses para a manutenção das finanças e a equalização das contas públicas. Essas variações, influenciadas por fatores como flutuações no mercado internacional e mudanças regulatórias, tornam a gestão orçamentária incerta, impactando diretamente a continuidade administrativa e a execução da política.

Na década de 2000, a valorização dos preços do petróleo no mercado internacional, juntamente com a intensificação das atividades de exploração no Brasil, proporcionou um aumento expressivo nas receitas de *royalties*. Esse crescimento foi potencializado em 2006 pela descoberta do pré-sal pela Petrobras, uma das mais importantes reservas da indústria de petróleo e gás mundial, que trouxe perspectivas de uma fonte significativa e de rigor de recursos.

Os preços do barril de petróleo, sujeito a variações globais, juntamente com a flutuação cambial, impactam diretamente os valores repassados aos municípios. Entre 2003 e 2008, os altos preços internacionais garantiram grandes receitas para os municípios beneficiários de *royalties*, permitindo a realização de diversos investimentos locais. Além da volatilidade dos preços, as alterações regulatórias também influenciaram os repasses dessas receitas. Em 2010, as mudanças nas regras para a exploração do pré-sal ampliaram as disputas sobre a redistribuição de *royalties*, culminando no Novo Marco do Petróleo, Lei nº 12.351 [Brasil, 2010], promulgada em dezembro de 2010. Em 2012, a Lei nº 12.734 [Brasil, 2013a] alterou a norma anterior, buscando apresentar uma divisão mais igualitária entre municípios produtores e não produtores. Essa alteração regulatória ensejou contestações judiciais. Em 2013, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4917 [Brasil, 2013b] a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal [STF], suspendeu a eficácia dos dispositivos legais da Lei de 2012 que inovavam a divisão dos *royalties*. Desde então sua distribuição vem ocorrendo conforme a redação da legislação anterior. Essa instabilidade na regulação adiciona incerteza sobre a continuidade desses repasses para muitos municípios petrorrentistas.

A partir de 2014, uma crise no setor de petróleo resultou em uma queda expressiva nos preços, com o valor do barril caindo de aproximadamente 120 para menos de 40 dólares, afetando severamente a economia nacional e, de forma particular, estados e municípios dependentes das receitas de *royalties* [Cruz, 2015]. A crise se estendeu até 2015 e 2016, com sinais de recuperação apenas a partir de 2017, quando os preços começaram a apresentar uma leve melhoria.

Essa combinação de volatilidade econômica, dependência do mercado e instabilidade regulatória leva muitos municípios à condição de petrodependência. Nessa situação, as receitas municipais são fortemente influenciadas pelos *royalties* da exploração de petróleo e gás, o que resulta em um elevado nível de vulnerabilidade e falta de autonomia financeira. Dessa forma, os municípios dependem intensamente dessa fonte de renda para sustentar suas finanças e promover o desenvolvimento local. Com receitas altamente variáveis, essas localidades tornam-se financeiramente vulneráveis, enfrentando desafios para manter políticas públicas e suas contas, pois uma queda na receita dos *royalties* compromete o financiamento de programas e a contabilidade pública estruturados durante períodos de maior arrecadação. Nesse contexto, a situação fiscal desses municípios passa a depender não apenas da produtividade dos campos de petróleo mas também da estabilidade jurídica e das condições de mercado, evidenciando uma dependência estrutural dos *royalties* para garantir o desenvolvimento e a continuidade dos investimentos públicos.

A petrodependência, caracterizada pela alta vulnerabilidade econômica e administrativa dos municípios em função da dependência das receitas dos *royalties*, tem implicações diretas nas dinâmicas políticas locais. Em um contexto de dependência dos *royalties*, a participação eleitoral, a competição partidária, a fragmentação das câmaras municipais e a participação de gênero podem ser fortemente influenciadas pela variabilidade dessas receitas. É dessas possíveis influências que este artigo trata.

O conceito de participação política pode ser mensurado por diversas dimensões, desde a participação em protestos e abaixo-assinados até o financiamento de partidos e campanhas [Peixoto, 2004]. O ato de votar é apenas uma dessas formas; entretanto, num país onde o comparecimento diante das urnas é obrigatório, a ausência do eleitor pode ser um importante indicador de capacidade de mobilização dos partidos e candidatos. Especificamente numa eleição municipal, os fatores sociopolíticos e econômicos que incidem sobre a maior ou menor abstenção eleitoral podem ser utilizados para mensurar a saúde do sistema político local.

No Brasil, o crescimento da participação eleitoral ao longo do século XX foi marcante: de um índice baixo de apenas 3,3% na República Velha, até atingir 51,6% da população em 1998 [Nicolau, 2002; Nicolau, 2012]. Esse aumento foi constante até o final da década de 1970, ainda sob o regime militar; e, na década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1988, alcançou seu maior salto ao devolver o direito de voto aos analfabetos após 106 anos de exclusão [Carvalho, 2002; Santos, 2003]. O fato é que já não existem mais obstáculos formais à participação eleitoral no país e o comparecimento eleitoral nas eleições municipais varia de local para local de acordo com características socioeconômicas e institucionais [Speck; Peixoto, 2022]. Apesar disso, é difícil afirmar com precisão os motivos de não comparecimento, uma vez que os eleitores alegam diversas causas, como condições climáticas adversas, problemas pessoais, dificuldades de transporte, além da mortalidade de votos, que contribui para o aumento da abstenção nas eleições [Alkmim, 2014].

A partir dessa literatura que, de um lado, aborda os impactos dos *royalties* na administração pública e, de outro lado, a participação eleitoral, este artigo se propõe a testar hipóteses sobre o efeito da petrodependência sobre o comparecimento eleitoral (abstenção, votos brancos e nulos, competição eleitoral). Dito de outra forma, características do sistema político local estão relacionadas à presença abundante dos *royalties* do petróleo. Em que medida os municípios que dependem dessas rendas para a sua economia, a variabilidade dos recursos pode afetar tanto o envolvimento da população quanto a dinâmica eleitoral. Em períodos de grandes arrecadações, pode haver maior mobilização e interesse político local, enquanto momentos de baixa receita podem desencorajar o comparecimento às urnas, refletindo um distanciamento entre a política e os cidadãos.

A relação entre a compensação financeira e os indicadores políticos municipais, especialmente no que se refere à competição partidária, oferece uma perspectiva relevante para o entendimento da dinâmica política local. Os recursos provenientes desses *royalties* representam uma fonte significativa de receita para muitos municípios, o que pode influenciar tanto o número efetivo de partidos [NEP] quanto a fragmentação parlamentar. Em contextos onde há maior disponibilidade de recursos, observa-se frequentemente uma ampliação da competição partidária, incentivada pelo aumento de partidos que disputam o acesso a esses recursos e as possibilidades de financiamento que eles proporcionam. Veja, se há pouca transparência no que diz respeito à movimentação financeira do *commodity* [Ross, 2015], é possível que parte do dinheiro dos recursos financiem campanhas políticas, consequentemente aumentando a competição partidária [Silva, 2021]. Esse cenário pode gerar um crescimento no número efetivo de partidos, uma vez que a presença de repasses vultosos fomenta o surgimento de novos atores e fortalece aqueles já existentes. Consequentemente, a fragmentação parlamentar tende a se intensificar, refletindo um ambiente de maior pluralidade e disputa entre as legendas que buscam representação nos órgãos legislativos municipais.

A concentração de recursos, em virtude da petrodependência, pode fortalecer estruturas de poder locais dominadas por homens, tornando ainda mais restrito o acesso das mulheres à posição de liderança e tomada de decisão. De acordo com Lima [2017], a disponibilidade de *royalties* pode contribuir para uma dinâmica de poder em que políticos buscam intensamente preservar seus cargos, muitas vezes por meio de práticas eleitorais questionáveis e meios ilícitos, o que reduz a rotatividade política e perpetua o domínio dos mesmos grupos. Em contextos onde os municípios se tornam economicamente dependentes dos *royalties*, esses recursos muitas vezes se alinham a redes de poder, nas quais os homens tradicionalmente possuem maior influência e controle [Peixoto; Leal; Marques, 2022]. Durante períodos de bonança, o incremento de receitas poderia, em tese, criar oportunidades para a inclusão e representatividade feminina. No entanto, essa ampliação de recursos nem sempre resulta em uma redistribuição de poder político e econômico eficaz, os *royalties* poderiam ser transformados em uma ferramenta para promover a diversidade e a política de inclusão, desde que haja um direcionamento consciente e sensível para a questão de gênero na gestão e distribuição desses recursos.

Apesar das recentes vinculações de uma parcela das receitas de *royalties* e as áreas de saúde e educação [Smiderle; Ney, 2022], ainda há um cenário em que tais receitas podem ser alocadas com considerável liberdade pelos gestores locais, excetuando-se apenas o pagamento de dívidas e despesas de pessoal permanente, conforme a Constituição Federal [Brasil, [2023]]. Essa discricionariedade possibilita o uso dos *royalties* de forma estratégica na gestão pública, permitindo que os municípios petrorrentistas direcionem esses recursos para investimentos diversos, como instrumento de influência política [Leal, 2019]. A indefinição normativa sobre a alocação dessas receitas fomenta a necessidade de estudos científicos que investiguem como os repasses estão sendo efetivamente utilizados e quais impactos têm sobre os indicadores políticos municipais, uma vez que o valor estratégico da *commodity* dá margem a pouca transparência, visto que a movimentação da receita está sob a fiscalização do Estado [Cardoso; Terra; Matta, 2015; Ross, 2015]. Dessa forma, este artigo busca preencher essa lacuna ao analisar a relação entre a variabilidade das receitas de *royalties* e os indicadores políticos nos municípios petrorrentistas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas influenciadas pela petrodependência.

Procedimentos Metodológicos

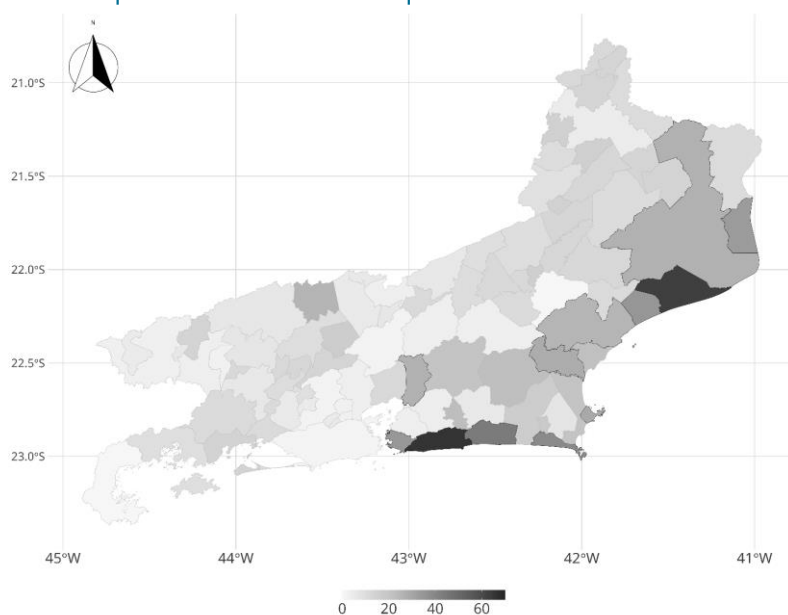
O intuito deste artigo é analisar o impacto dos recursos oriundos dos *royalties* de petróleo sobre os indicadores políticos de municípios petrorrentistas, buscando compreender de que forma a dependência dessas receitas influencia a dinâmica política local. Especificamente, os objetivos são:

1. Avaliar o efeito dos *royalties* sobre a participação eleitoral, verificando se há variações no comparecimento às urnas em função da dependência econômica desses recursos.
2. Examinar a competição partidária, observando se os recursos dos *royalties* interferem na diversidade e competitividade entre partidos políticos nos municípios analisados.
3. Analisar a fragmentação das câmaras municipais, investigando a relação entre a receita dos *royalties* e a pluralidade ou concentração de representatividade nas câmaras locais.
4. Explorar a participação de gênero no contexto político desses municípios, avaliando se os recursos provenientes dos *royalties* influenciam a representatividade feminina em posições de poder.

Para alcançar esses objetivos, será utilizada uma metodologia quantitativa com análises descritivas e modelos econométricos, aplicados a dados políticos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e informações sobre receitas de *royalties* extraídas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e FINBRA (Finanças Municipais). Todos os dados e os procedimentos metodológicos adotados neste artigo estão disponíveis em repositório público do Gitlab no intuito tanto de fornecer acesso às informações aqui tratadas quanto de permitir replicabilidade dos métodos [King; Keohane; Verba, 2021].

A seleção dos casos de municípios petrodependentes foi realizada segundo o critério de dependência média de *royalties* superior a 25% entre os anos de 2016 e 2023. Foram classificados como petrodependentes 12 municípios: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Macaé, Maricá, Niterói, Quissamã, São João da Barra e Saquarema [Figura 1].

Figura 1. Petrodependência nos municípios fluminenses



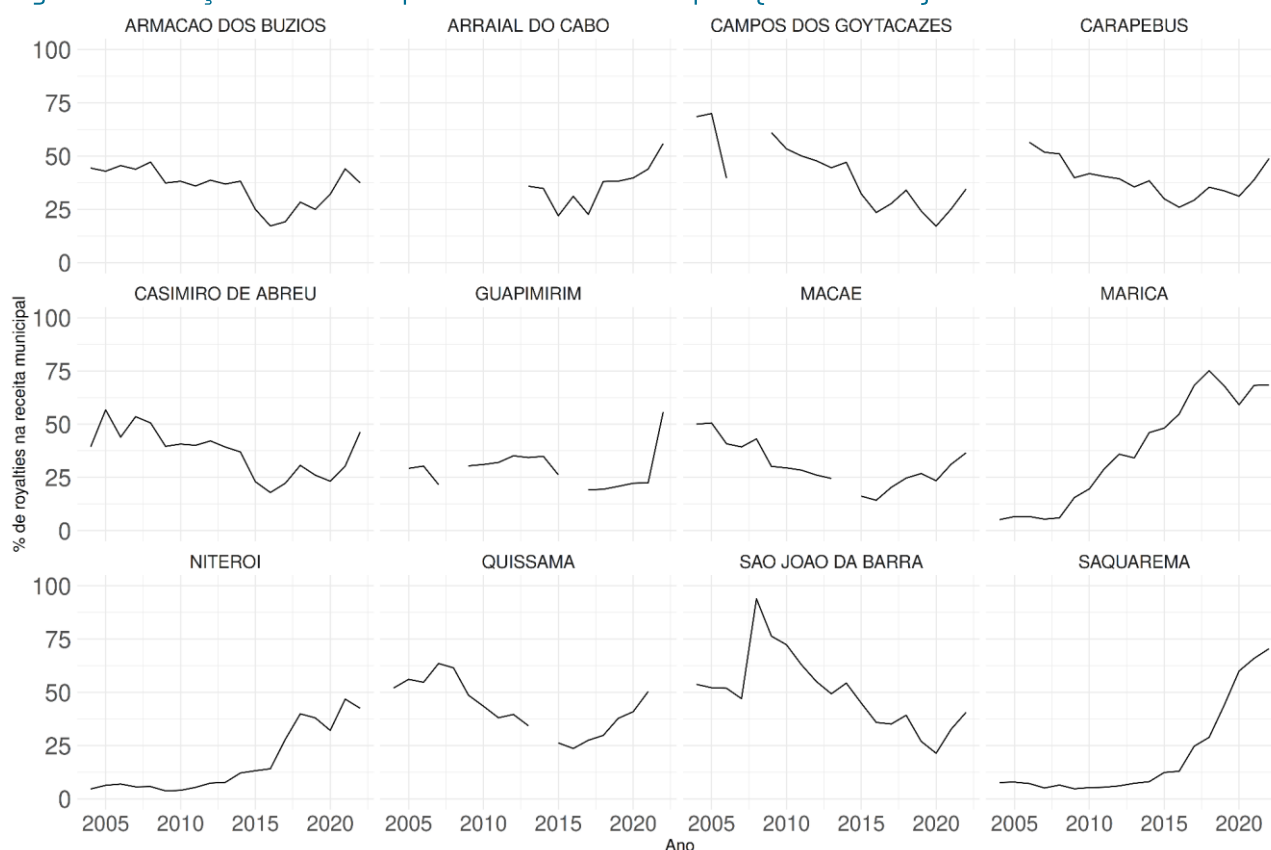
Fonte: Produzido pelos autores, a partir dos dados da ANP [2016 a 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br>. Acesso em: 5 set. 2025.

Na sequência serão analisados modelos econométricos [OLS - *Ordinary linear square*] com apenas duas variáveis independentes: uma de controle [log da população] e outra *dummy* indicando se o município pertence ou não ao grupo dos petrodependentes. O controle da população é importante, pois todas as variáveis dependentes [competição eleitoral, comparecimento, votos nulos e brancos e participação feminina] são de alguma forma afetadas por uma maior ou menor magnitude dos distritos, que é basicamente definida pelo tamanho populacional. Desta forma, os modelos serão construídos para proporcionar indicadores de médias condicionais.

Resultados

Os primeiros resultados buscam compreender a evolução da dependência dos *royalties* de petróleo nos municípios da região estudada e sua variação longitudinal. Ao longo das últimas duas décadas, a crescente arrecadação de *royalties* tem desempenhado um papel crucial nas finanças municipais, especialmente em localidades onde a exploração de petróleo se destaca como a principal atividade econômica. Esta seção examina as tendências de petrodependência nos municípios das regiões dos Lagos, Norte, Noroeste e Metropolitana Fluminense relacionando-os com os indicadores políticos. Ao observar suas dinâmicas, é possível avaliar tanto o nível de vulnerabilidade econômica dessas localidades quanto as influências que exercem sobre a competição partidária, a fragmentação nas câmaras municipais e até mesmo a participação eleitoral, à medida que as oscilações dos recursos petrolíferos podem reverberar no funcionamento político de tais localidades.

Figura 2. Evolução da Petrodependência nos municípios (2005-2020)



Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados da ANP. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br>. Acesso em: 5 set. 2025.

Nota: Alguns municípios não informaram ao FINBRA os dados das receitas em todos os anos do período analisado.

A evolução da petrodependência nos municípios entre 2005 e 2020 revela variações importantes, as quais podem impactar as dinâmicas políticas locais ([Figura 2](#)). Em Maricá, Niterói e Saquarema, por exemplo, há um aumento significativo e contínuo da dependência dos *royalties* a partir do ano de 2015 em sua maioria, com a porcentagem de receita proveniente dos *royalties* ultrapassando 50% no caso de Maricá e Saquarema. Em contraste, municípios como Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu apresentam uma trajetória de dependência mais estável e em níveis moderados. Por fim, São João da Barra, Carapebus e Campos dos Goytacazes mostram alta volatilidade, com períodos de picos e quedas na dependência de *royalties*.

A evolução da dependência dos *royalties* nos municípios analisados também reflete momentos de crise econômica e flutuações no mercado de petróleo. Por exemplo, a alta volatilidade observada em São João da Barra, Carapebus e Campos dos Goytacazes pode estar associada a períodos de queda nos preços internacionais do petróleo, os quais afetam diretamente as receitas de *royalties*. Em contrapartida, o crescimento contínuo em municípios como Maricá e Saquarema sugere uma adaptação a essas flutuações, com maior incorporação dos *royalties* ao orçamento municipal. Essa variação na dependência demonstra como eventos econômicos e regulatórios podem influenciar a estabilidade financeira desses municípios, com potenciais impactos nas prioridades políticas e na tomada de decisões.

Essa variabilidade longitudinal demonstra a dificuldade de se fazer análises de longos períodos com tais municípios. Foram ondas distintas de recursos transferidos para grupos diferentes de municípios, fato que talvez ajude a explicar os achados da tese do Marcelo Lima ([2017](#)), a qual também incorpora recursos provenientes de extrativismo mineral, que apontam para conclusões “pouco consistentes”, como o próprio autor salienta. Por isso, neste artigo se justifica utilizar apenas o período que antecede as eleições de 2024 para selecionar os municípios petrodependentes, o qual é marcado pelo crescimento dos recursos de Maricá, Niterói e Saquarema (devido à exploração do Pré-Sal) e uma razoável recuperação das arrecadações dos municípios de Campos, Macaé e São João da Barra – municípios que passaram graves crises financeiras em 2016 por conta dos preços internacionais do Petróleo.

Contexto das eleições municipais de 2024

As eleições de 2024 foram marcadas por dois fenômenos que atuaram conjuntamente: [1] contexto econômico que se pode caracterizar “tempos de bonança” por ter conjugado o crescimento do PIB nacional à diminuição do desemprego, e [2] as transferências vultosas de recursos para os municípios via emendas parlamentares (conhecidas popularmente como emendas Pix). Esses dois fatores culminaram em uma enorme força da máquina pública municipal e propiciaram a maior taxa de reeleição de prefeitos desde que foi instituída pela Emenda Constitucional nº 16 de 1997: cerca de 84% dos prefeitos que tentaram a reeleição obtiveram sucesso no Brasil em 2024².

[Brambor \(2012\)](#) observa que as receitas do petróleo estão associadas a um aumento na taxa de comparecimento nas urnas e ao fortalecimento da posição do incumbente, o que sugere que os benefícios financeiros dos *royalties* podem atrair mais eleitores para as eleições, motivados por interesses locais e pelos efeitos tangíveis que esses recursos trazem para o município. Assim, o maior comparecimento eleitoral em eleições locais pode ser parcialmente explicado pelo efeito das rendas petrolíferas, especialmente em municípios petrodependentes.

² Para uma extensa bibliografia acerca da reeleição, ver [Souza e Leal \(2023\)](#), sobre série histórica de reeleições ver [Peixoto et al. \(2021\)](#).

Nas eleições de 2024, nos 12 municípios petrodependentes, todos os oito candidatos que puderam concorrer à reeleição obtiveram sucesso [Quadro 1]. Taxa de 100% de aproveitamento!

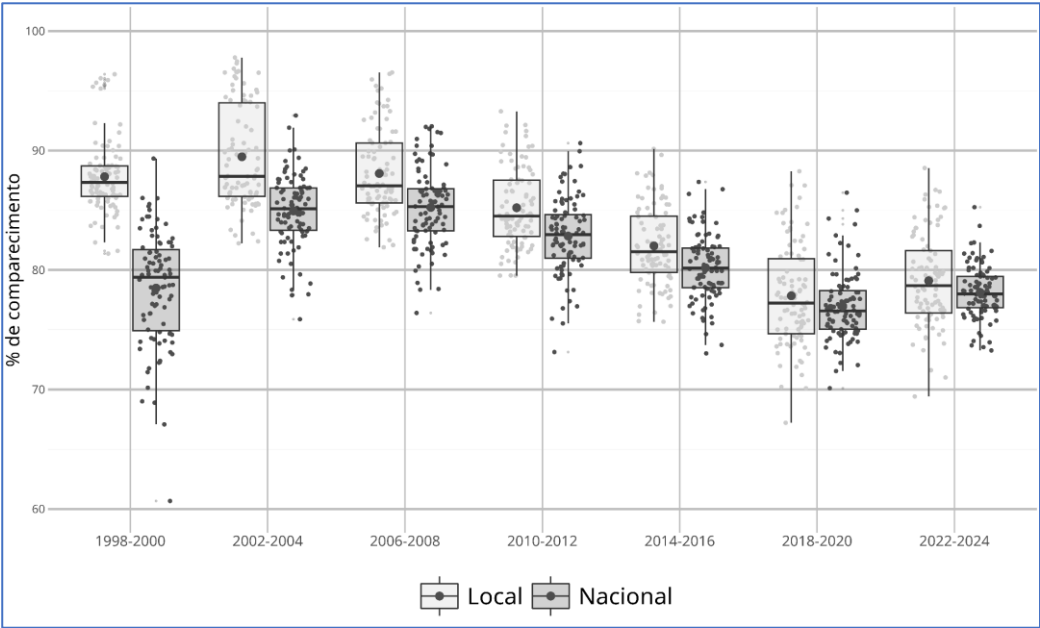
Quadro 1. Desempenho eleitoral dos candidatos reeleitos

Município	Prefeito (2024)	Tentou Reeleição?	Resultado
Armação dos Búzios	Alexandre Martins	Sim	Reeleito
Arraial do Cabo	Marcelo Magno	Sim	Reeleito
Campos dos Goytacazes	Wladimir Garotinho	Sim	Reeleito
Carapebus	Bernard Tavares*	Sim	Reeleito
Casimiro de Abreu	Ramon Dias Gidalte	Sim	Reeleito
Guapimirim	Marina Rocha	Sim	Reeleito
Macaé	Welberth Rezende	Sim	Reeleito
Maricá	Fabiano Horta	Não	-
Niterói	Axel Grael	Não	-
São João da Barra	Carla Caputi	Sim	Reeleito
Quissamã	Fátima Pacheco	Não	-
Saquarema	Manoela Peres	Não	-

Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do TSE (2024). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>. Acesso em: 5 set. 2025.
* Eleito em 2021 por eleição suplementar.

Outro fator importante a ressaltar nas eleições de 2024 foi o retorno completo após a pandemia de covid-19, o que favoreceu uma razoável recuperação dos índices de comparecimento eleitoral. Na Figura 3 apresenta-se a taxa de comparecimento eleitoral no primeiro turno em eleições locais e nacionais nos municípios do Rio de Janeiro entre 1998 e 2024. Observa-se uma tendência geral de queda com flutuações ao longo dos anos.

Figura 3. Comparecimento eleitoral no 1º turno nos municípios do Rio de Janeiro (1998-2024)

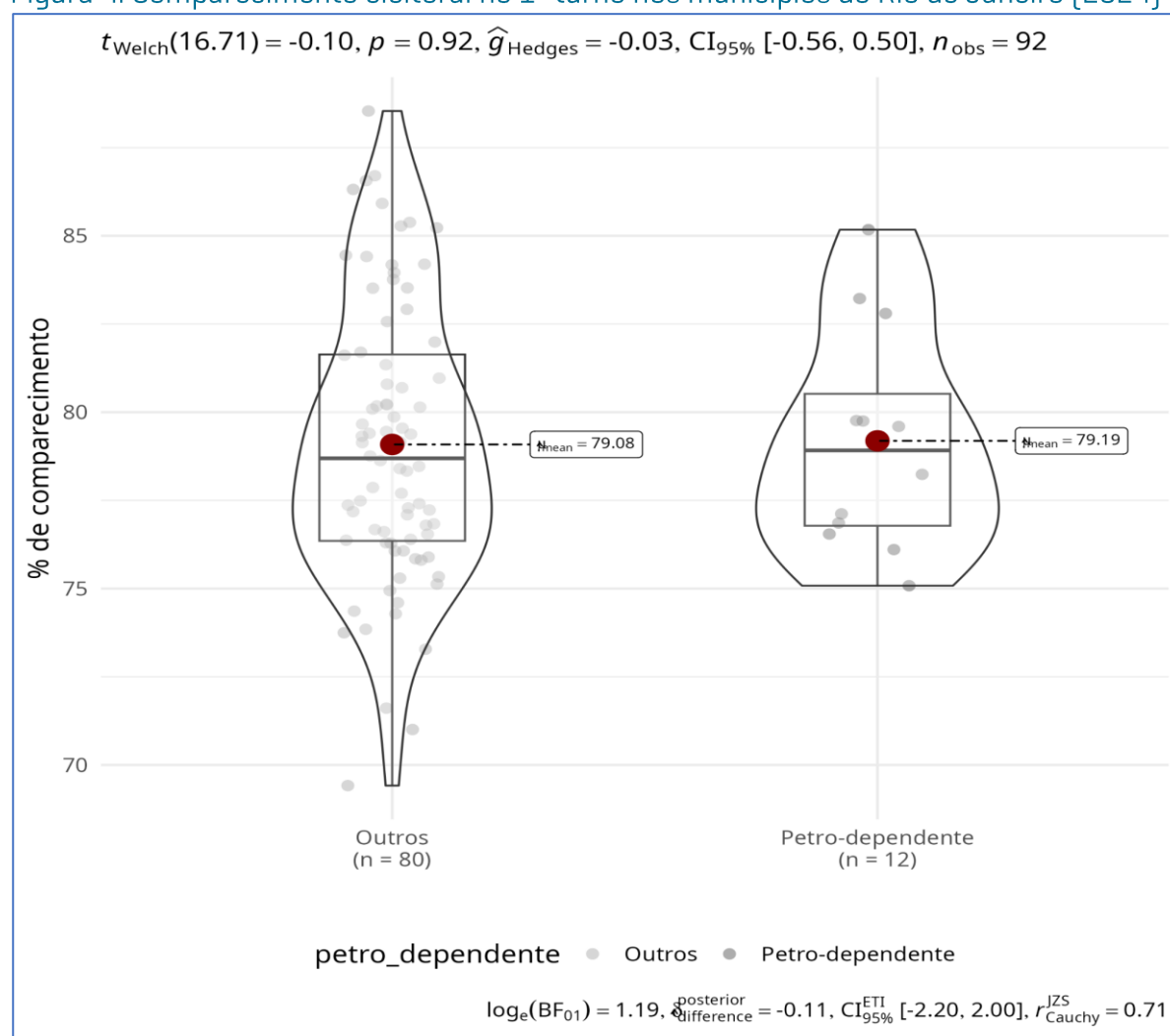


Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do TSE (2024)

Em eleições locais, representadas pelo tom mais claro, o comparecimento tende a ser ligeiramente maior que nas eleições nacionais [em escuro], especialmente em períodos iniciais. Isso indica um maior engajamento dos eleitores em eleições locais, possivelmente devido à percepção de que essas eleições têm um impacto direto em questões municipais e na vida cotidiana dos cidadãos. Além disso, a variabilidade entre municípios sugere que o comparecimento pode ser influenciado por fatores específicos de cada local, refletindo diferentes níveis de envolvimento cívico e interesse nas eleições locais.

Na comparação de médias entre os grupos de municípios petrodependentes com os demais nas eleições de 2024, não há diferenças estatisticamente significativas entre o comparecimento eleitoral [Figura 4].

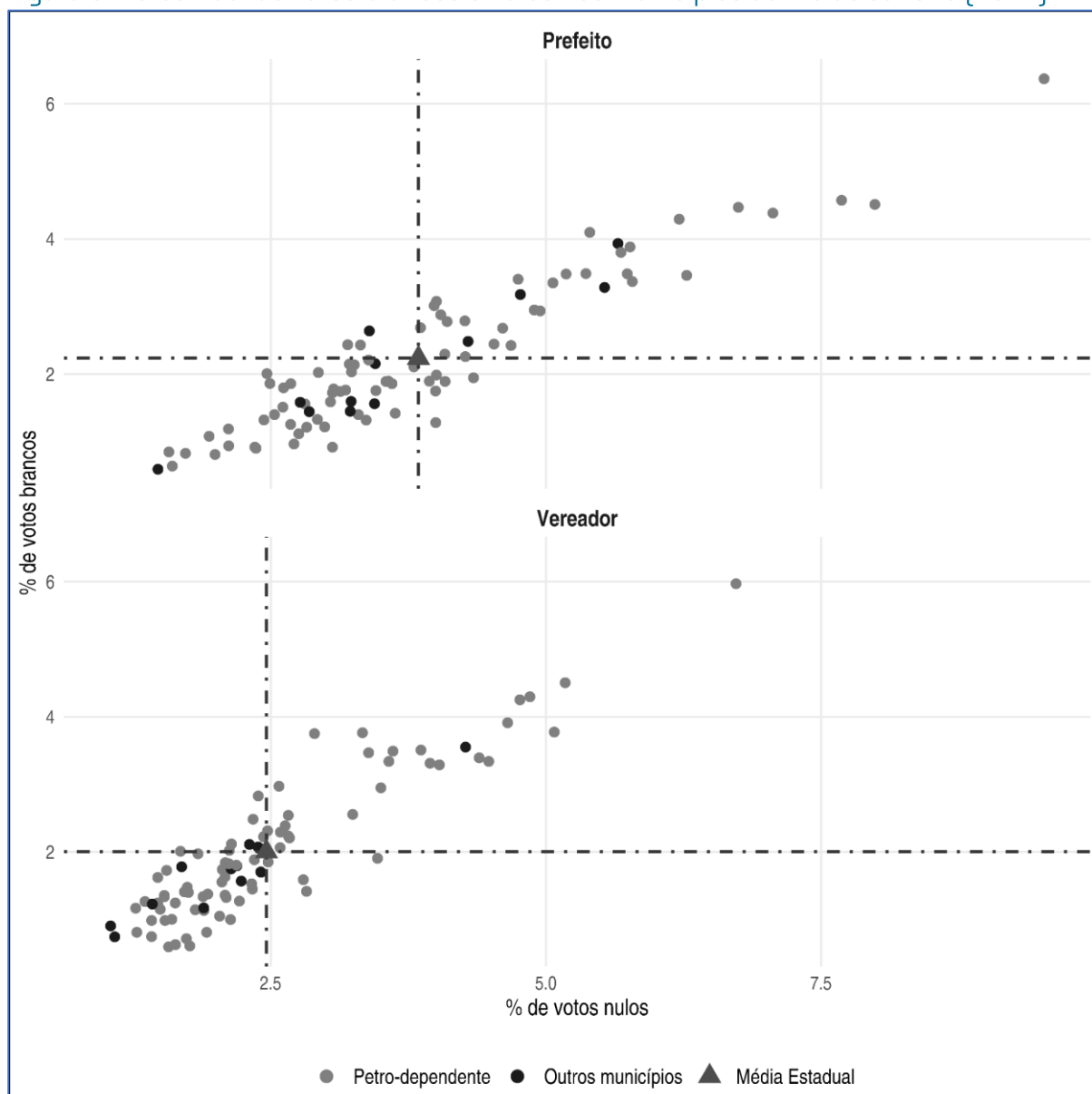
Figura 4. Comparecimento eleitoral no 1º turno nos municípios do Rio de Janeiro [2024]



Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do TSE e da ANP [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br>. Acesso em: 5 set. 2025.

A relação entre o percentual de votos brancos e nulos para as eleições de prefeito e vereador nos municípios do Rio de Janeiro em 2024 está representada na Figura 5. Observa-se que há uma tendência de correlação positiva entre os votos brancos e nulos: à medida que o percentual de votos nulos aumenta, o percentual de votos brancos também tende a subir.

Figura 5. Percentual de votos brancos e nulos nos municípios do Rio de Janeiro [2024]

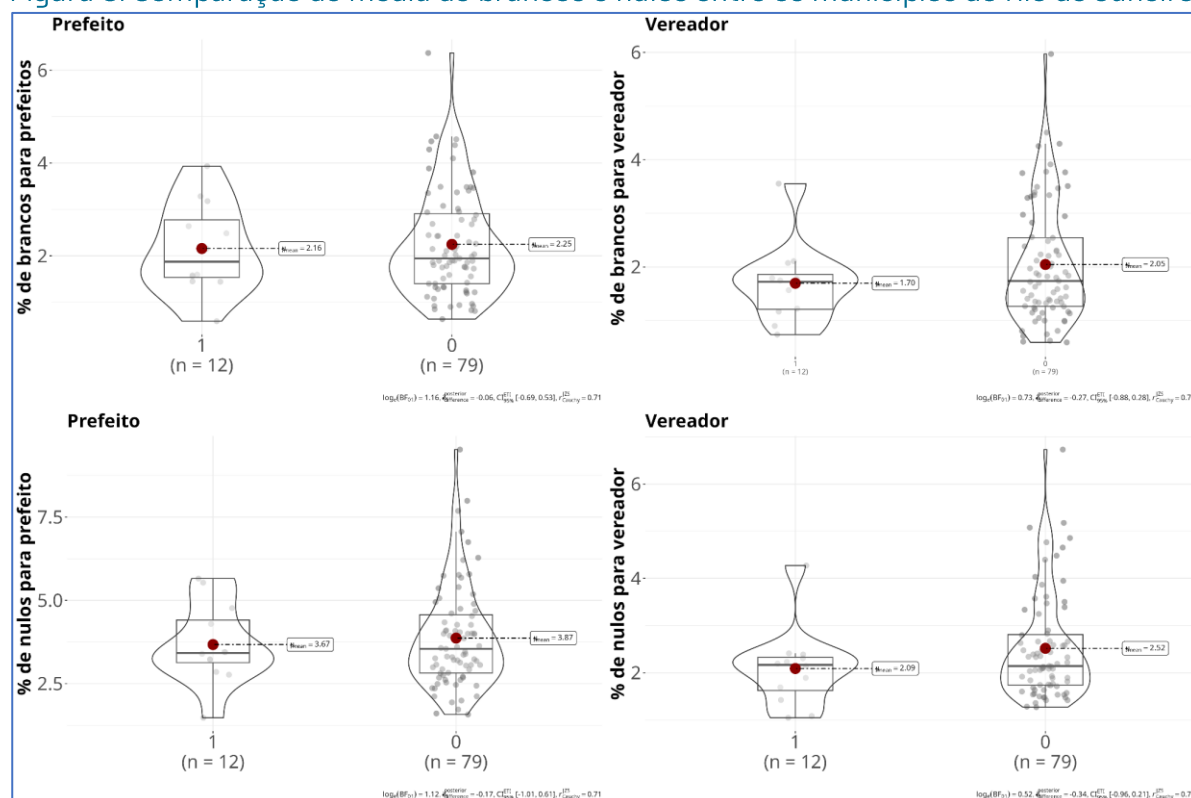


Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados da ANP e do TSE [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br>. Acesso em: 5 set. 2025.

Nota: Foi excluído o caso de São José de Ubá, município do Noroeste Fluminense, pelo fato de ter se apresentado como *outlier* com 16% de votos em branco e 14% de votos nulos, muito provavelmente por ter uma candidatura única a prefeito.

No que tange às eleições de 2024, a comparação de médias dos grupos de petrodependência e demais municípios não demonstrou diferenças significativas para votos brancos e nulos tanto para os legislativos quanto para os executivos municipais (Figura 6). Ou seja, nos testes bivariados, os dados demonstraram que os recursos petrolíferos não impactam a proporção de votos brancos e nulos na comparação da média dos dois grupos.

Figura 6. Comparação de média de brancos e nulos entre os municípios do Rio de Janeiro [2024]



Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados da ANP e do TSE [2024]

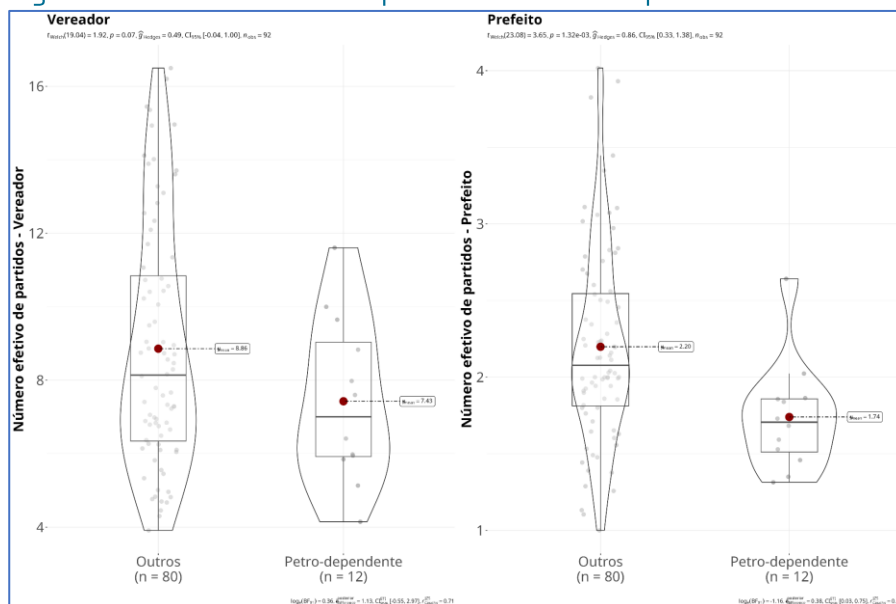
Uma das dimensões mais importantes dos efeitos dos recursos dos *royalties* sobre a política local se refere à competitividade das eleições. Há diversas formas de se mensurar o grau de competitividade de um sistema político, não obstante foi utilizado o índice de NEP [Número Efetivo de Partidos], criado por [Laakso e Taagepera em 1979](#), que tem como objetivo estabelecer o grau de dispersão do sistema de partidos.

A interpretação desse indicador exige cautela do analista, pois o índice não permite identificar individualmente quais são exatamente os partidos efetivos, pois se trata de um indicador agregado do sistema [[Nicolau, 1997](#)]. Calcula-se a partir da divisão de um pelo somatório das proporções [*P_i*] dos votos obtidos por cada partido [de *i* a *j*] [Equação 1]:

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^j P_i^2} \quad [1]$$

No caso das eleições para vereador, o número efetivo de partidos é substantivamente maior, especialmente em comparação às eleições para prefeito por motivos óbvios das diferenças do sistema eleitoral majoritário [para os executivos] e proporcional [para os legislativos] ([Figura 7](#)). Nas comparações de médias entre os grupos de petrodependentes e demais municípios foram encontrados os seguintes resultados: para o legislativo, entre petrodependentes, o NEP eleitoral médio foi de 7,43, enquanto nos outros municípios foi de 8,86. Para o executivo, os petrodependentes apresentaram o NEP médio de 1,74, em comparação ao de 2,20 dos outros municípios. Não foi detectada diferença estatisticamente significativa em nenhum dos dois pleitos analisados.

Figura 7. Número efetivo de partidos nos municípios do Rio de Janeiro (2024)

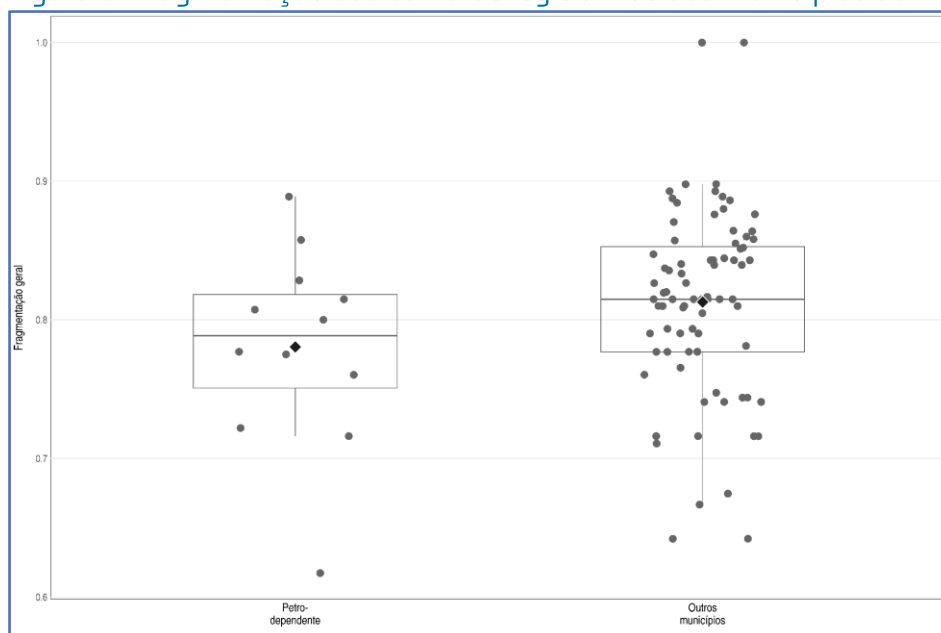


Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados da ANP e do TSE (2024)

A próxima dimensão a ser analisada se refere à fragmentação das Câmaras Municipais. Por motivos óbvios, o grau de competitividade interna do legislativo municipal está relacionado à competitividade eleitoral já descrita anteriormente, entretanto o sistema eleitoral de lista aberta funciona como um mecanismo que traduz os votos em cadeiras e neste processo pode haver maior ou menor distorção (Nicolau, 2006). A tendência geral é que, após a transformação de votos em cadeiras, as Câmaras apresentem uma fragmentação menor do que a disputa eleitoral.

Para analisar essa dimensão foi escolhido o índice F [fracionalização] de Douglas Rae (1971) (Figura 8). O indicador varia de 0 a 1 e fornece a probabilidade de se selecionar duas cadeiras aleatoriamente e elas pertencerem a partidos distintos. Ou seja, quanto mais próximo de 1, mais fragmentado está o sistema [1 significa que cada partido tem uma cadeira e 0 a situação na qual todas as cadeiras são ocupadas pelo mesmo partido].

Figura 8. Fragmentação das câmaras legislativas dos municípios do Rio de Janeiro (2024)

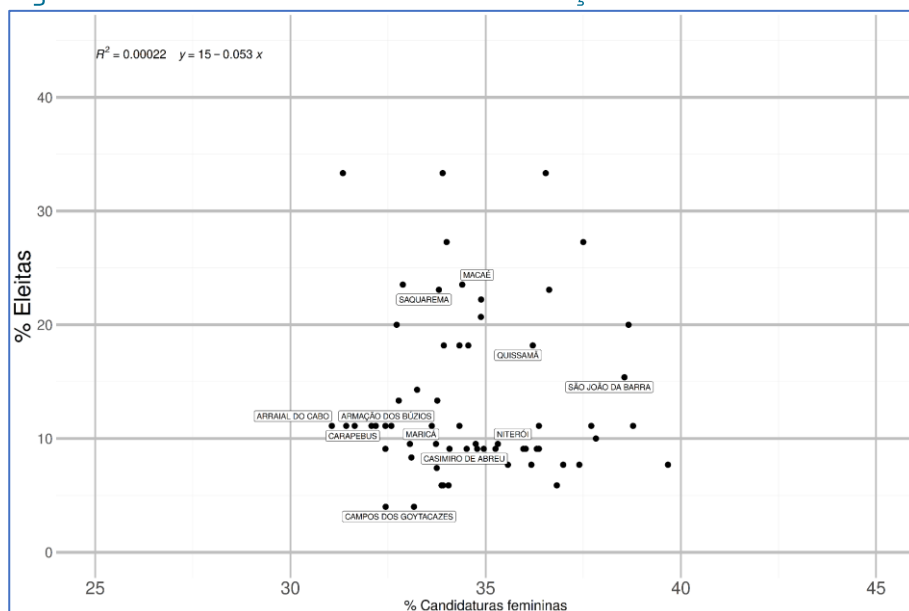


Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do TSE (2024)

Também não foram encontradas diferenças significativas entre as médias das fragmentações das Câmaras de Municípios Petrodependentes e dos demais municípios.

A relação entre candidaturas femininas e mulheres eleitas nos municípios do estado do Rio de Janeiro está revelada na [Figura 9](#). Observa-se que, apesar do incremento de receitas provenientes dos *royalties*, os padrões de gênero na política local não se diferenciam de outros municípios. Tal constatação corrobora a hipótese levantada por [Lima \(2017\)](#), segundo a qual a concentração de recursos tende a fortalecer estruturas de poder enraizadas, limitando a ascensão de grupos tradicionalmente sub-representados, como as mulheres. Em especial, nos dois municípios petrodependentes, não há evidências de que a disponibilidade desses recursos tenha promovido maior inclusão ou representatividade feminina. Pelo contrário, o acesso ao poder político por mulheres parece encontrar barreiras adicionais em contextos em que as elites masculinas controlam o direcionamento dessas receitas, reforçando dinâmicas de exclusão e reduzindo a rotatividade política.

Figura 9. Percentual de candidaturas e eleições femininas no estado do RJ (2024)



Fonte: Produzido pelos autores com base nos dados do TSE (2024)

Quando comparados aos demais municípios do estado, os petrodependentes não apresentam uma diferença estatisticamente significativa em termos de proporção de mulheres eleitas. Essa ausência de distinção sugere que a disponibilidade de *royalties*, embora relevante para a manutenção de redes de poder, não tem impacto direto na inclusão política de mulheres. Assim, a análise aponta para a persistência de um cenário político desigual, tanto nos municípios petrodependentes quanto nos demais.

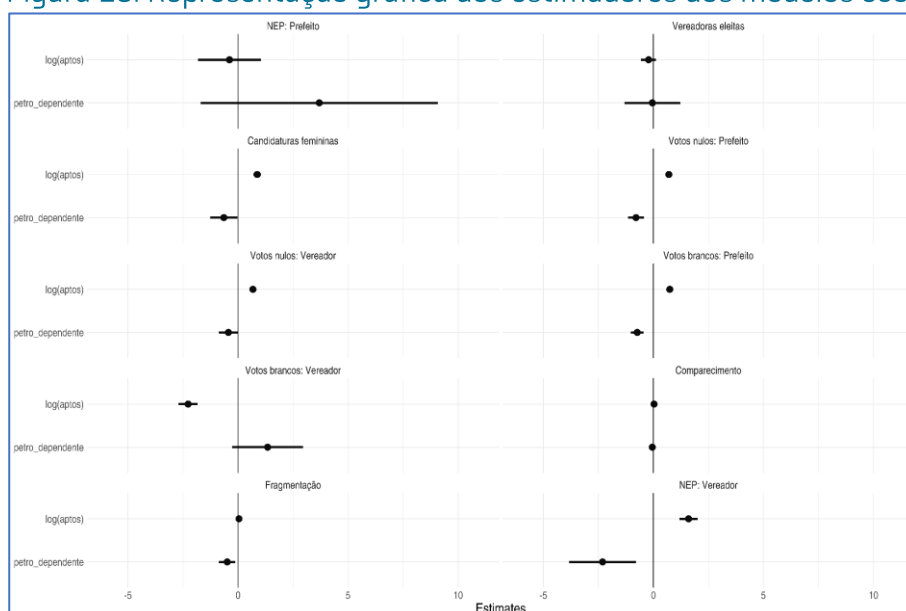
Modelos

Importante ressaltar que tanto a participação política quanto a competitividade do sistema e as demais dimensões aqui analisadas são afetadas direta e/ou indiretamente pelo tamanho da população. A fragmentação das Câmaras, por exemplo, é extremamente influenciada pela magnitude dos distritos, ou seja, pelo número de cadeiras das casas legislativas que, por sua vez,

são condicionadas pelo tamanho do eleitorado. Portanto, quanto maior o número de eleitores de um município, maior será a fracionalização esperada [Nicolau, 1996]. Esse motivo torna necessária a construção de modelos econométricos com capacidade de comparar o efeito da petrodependência mantido constante com os demais fatores, como o tamanho populacional.

Destarte, foram construídos 10 modelos [Figura 10] que incorporam o tamanho populacional como variável de controle (logaritmo neperiano do número de eleitores aptos nas eleições de 2024) e uma variável explicativa de interesse binária para indicar a petrodependência. A dimensão da participação eleitoral foi capturada pela variável de comparecimento, que não distingue os cargos em disputa. Nas variáveis dependentes de competição partidária eleitoral, votos brancos e nulos, levaram-se em consideração as diferenças dos cargos de vereador e prefeito, de modo a contemplar as diferenças estruturais e dinâmicas entre esses dois níveis de disputa. Quanto às variáveis de fragmentação e participação de gênero, apenas a disputa legislativa foi levada em consideração. Essas variáveis são fundamentais para capturar a dinâmica de concorrência política e a diversidade representativa nos legislativos locais.

Figura 10. Representação gráfica dos estimadores dos modelos econométricos



Fonte: Produzido pelos autores (2024)

Os achados dos modelos econométricos permitem realizar inferências sobre o conjunto de municípios levando em consideração o tamanho populacional e o efeito da variável petrodependência. As contribuições auxiliam na compreensão da relação entre a dependência do petróleo municipal e o tamanho da população com diversas dimensões da participação e competição nas eleições [Figura 11].

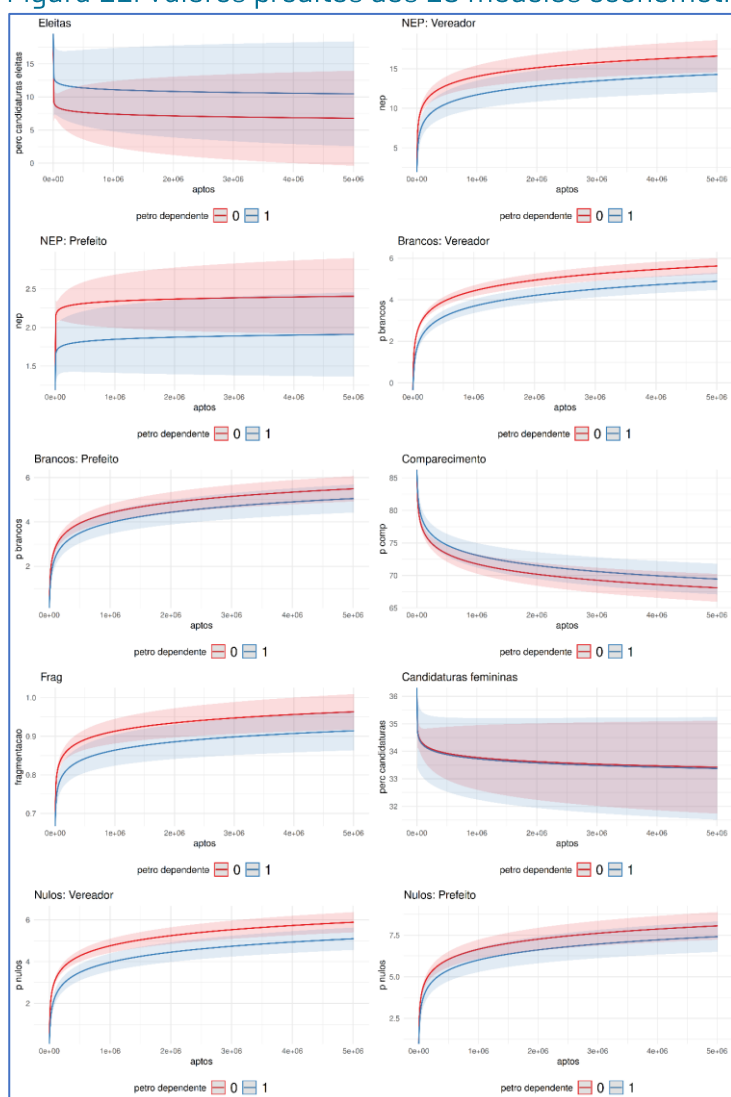
Os modelos indicam que municípios petrodependentes tendem a ter uma competição eleitoral menor tanto no legislativo quanto no executivo, com um impacto maior nas eleições proporcionais (redução de 2,3 no NEP). A influência negativa e relevante da variável petrodependência no número efetivo de partidos (NEP) para vereador indica que os fundos provenientes da extração de petróleo podem favorecer a concentração partidária, restringindo a concorrência. O impacto também é negativo nas eleições majoritárias, porém, em menor grau, verificou-se um impacto na competição eleitoral em ambas as eleições, mas com mais força nas eleições proporcionais.

No que tange ao comparecimento eleitoral, a petrodependência não apresentou um efeito estatisticamente significativo, o que indica que o envolvimento dos eleitores pode não ser diretamente influenciado pela dependência de receitas de petróleo. Por outro lado, o tamanho populacional mostrou um impacto negativo, corroborando a ideia de que municípios maiores tendem a registrar menor comparecimento nas eleições municipais.

No que concerne ao absenteísmo, dos que compareceram às urnas [votos brancos e nulos], os resultados demonstram que municípios petrodependentes apresentam uma menor proporção desses comportamentos, tanto nas disputas para vereador quanto para prefeito. Curiosamente, o tamanho populacional tem efeito contrário, com um impacto positivo e estatisticamente significativo na proporção de votos brancos e nulos, sugerindo que municípios maiores enfrentam desafios adicionais na conexão entre eleitores e candidatos nas eleições locais.

Nos modelos que tratam da fragmentação partidária [frag] e da participação de gênero, observa-se que a petrodependência está associada a uma menor diversidade partidária na composição das câmaras municipais e, ao mesmo tempo, não tendo efeitos estatisticamente significativos sobre a proporção de candidaturas femininas ou de mulheres eleitas. Essa ausência de impacto na representatividade de gênero sugere que as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres na política são consistentes entre municípios petrodependentes e não petrodependentes.

Figura 11. Valores preditos dos 10 modelos econométricos



Fonte: Produzido pelos autores (2024)

Conclusão

Este artigo investigou os impactos da petrodependência nos indicadores políticos locais no Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2024. Seguindo uma extensa literatura que se debruça sobre os possíveis efeitos dos recursos dos *royalties* do petróleo sobre a política municipal, inovou-se com a introdução de aspectos das disputas para o legislativo e quanto à dimensão de gênero nas eleições locais.

No que concerne à dimensão de competição partidária, os municípios petrodependentes apresentam menor número efetivo de partidos, tanto para o legislativo quanto para o executivo municipal, e menor fragmentação das câmaras. Esse achado vai ao encontro dos postulados da literatura que analisa o executivo municipal, e incrementa o debate a respeito da competição legislativa ao trazer luz acerca dos fortes impactos negativos das compensações financeiras sobre a competição partidária [tanto eleitoral quanto parlamentar]. Não foram encontrados impactos estatisticamente significantes sobre o percentual de candidaturas femininas nem quanto à eleição de vereadoras.

Os municípios petrodependentes não demonstraram diferenças significativas quanto ao comparecimento de seus eleitores. No entanto, destaca-se uma menor abstenção dos eleitores desses municípios, nos quais os indicadores de votos brancos e nulos, para ambos os cargos, demonstraram um valor negativo. Assim, a medida de participação por meio do voto não se diferencia no comparecimento, mas sim no comportamento de abstenção dos eleitores de tais municípios.

Aqui reside um paradoxo que merece mais atenção: não altera o comparecimento às urnas, mas diminui a porcentagem de votos brancos e nulos mesmo com uma diminuição da competição eleitoral. A diminuição da competição eleitoral deveria atuar como um catalisador dos votos brancos e nulos [absenteísmo], mas não foi isso que se verificou. Houve diminuição tanto da competição quanto do absenteísmo, sem que houvesse alterações no comparecimento.

Modelos:

Predictors	NEP - Vereador			NEP - Prefeito			Frag			% Comp			% Brancos - Vereador			% Brancos - Prefeito			% Nulos - Vereador			% Nulos - Prefeito			Candidaturas			% Eleitas		
	Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p		Est.	p	
[Intercept]	-8.06	<0.001		1.79	0.001		0.48	<0.001		103.15	<0.001		-5.86	<0.001		-	<0.001		-	<0.001		-	<0.001		36.8	<0.001		12.7	0.102	
aptos [log]	1.60	<0.001		0.04	0.429		0.03	<0.001		-2.27	<0.001		0.74	<0.001		4.93	0.68		4.92	0.70		5.38	0.87		-	0.200		-	0.591	
petro	-2.31	0.003		-0.49	0.010		-0.05	0.006		1.34	0.100		-0.74	<0.001		-	0.045		-	<0.001		-	0.042		-	0.941		3.69	0.177	
dependente																0.44			0.79			0.65			0.05					
Observations	91			91			91			91			91			91			91			91			91			91		
R2 / adjusted	0.425 / 0.412			0.075 / 0.054			0.359 / 0.345			0.558 / 0.548			0.814 / 0.810			0.610 / 0.601			0.706 / 0.700			0.555 / 0.545			0.019 / -0.003			0.022 / -0.000		

Referências

ALKMIM, A. C. **De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.

BRAMBOR, T. **Taxation, Natural Resources, and Representation**. New York: Stanford University, 2012.

BRASIL. [Constituição [1988]]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12351.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012**. Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Brasília, DF: Presidência da República, 2013a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12734.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI] 4.917**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2013b. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4379376>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CARDOSO, J. L. G.; TERRA, D. C. T.; MATTIA, L. G. Comunicação pública e acesso à informação na gestão municipal: um estudo em Campos dos Goytacazes - RJ. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 1, p. 38-69, 2015. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v5i1.654>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/654>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRUZ, J. L. V. Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 48, 2015. Disponível em: <https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/03/boletim-2015-06.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FERNANDES, C. F. **A Evolução da Arrecadação de Royalties do Petróleo no Brasil e seu Impacto sobre o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Economia] – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/05/evolucao_arrecadacao.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry**: Scientific inference in qualitative research. New York: Princeton University Press, 2021.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LEAL, J. G. R. P. **Rendas Petrolíferas e o SUS: o impacto da crise econômica no provimento do Sistema Único de Saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro [2013 – 2017]**. 2019. Monografia [Bacharelado em Administração Pública] – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: https://uenf.br/graduacao/wp-content/uploads/sites/4/2021/05/Monografia-Versao-Final_Joao-Gabriel-Leal.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

LIMA, M. A. P. **Municípios rentistas: royalties e competição política nos municípios brasileiros**. 2017. Tese [Doutorado em Ciência Política] – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31702>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MONTEIRO, J.; FERRAZ, C. **Does Oil Make Leaders Unaccountable?: Evidence from Brazil’s offshore oil boom**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, J. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NICOLAU, J. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais *In*: LIMA JÚNIOR, O. B. [org.]. **O Sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Mm8QL3xjPYBMN4bhGQWypLS/>. Acesso em: 3 set. 2025.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PEIXOTO, V. M. **Votos: Valem quanto pesam? O impacto do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil**. 2004. Dissertação [Mestrado em Ciência Política] – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEIXOTO, V. M.; MARQUES, L. **Reeleição de Prefeitos e o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 em 2020. Repositório dos dados e scripts no GitHub**, 2024. Disponível em: https://github.com/moraespeixoto/pandemia_reeleicao_2020. Acesso em: 2024.

PEIXOTO, V. M.; LEAL, J. G. R. P.; MARQUES, L. M. Disputa entre herdeiros: a eleição de 2020 em Campos dos Goytacazes. *In*: BORBA, F.; FIGUEIREDO, A. C. [org.]. **Política local no estado do Rio de Janeiro: disputa partidária e comportamento político nas eleições municipais de 2020**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PEIXOTO, V. M.; LEAL, J. G. R. P.; SOUZA, R. B.; MACHADO, M. V. H. Uma análise dos determinantes da reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros em 2016. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 3, p. 86-117, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2021.3.3>. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/646>. Acesso em: 3 set. 2025.

PEREIRA, L. C. B.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? *In*: FORUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 4., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doenca.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

PIQUET, R. Impactos da indústria do petróleo no Norte Fluminense. *In*: PIQUET, R.; HERCULANO, S. **Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé**, 2010.

RAE, D. W. **The political consequences of electoral laws**. New York: Yale University Press, 1971.

ROSS, M. L. **A maldição do petróleo: como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. 1. ed. São Paulo: CDG Edições e Publicações, 2015.

SANTOS, W. G. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003.

SERRA, R. V.; TERRA, D. C. T.; PONTES, C. A. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, v. 18-19, pp. 59-85, 2006.

SILVA, V. M. F. **Qual o efeito das compensações financeiras municipais [royalties] sobre o valor do voto?** 2021. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Ciências Sociais] – Instituto de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/9727>. Acesso em: 3 set. 2025.

SMIDERLE, C. G. S. M.; NEY, M. G. A lei 12.858 e a aplicação de royalties em saúde nos municípios fluminenses produtores de petróleo no regime da partilha. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 22, p. 82-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/cdf.2022.67953>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/67953>. Acesso em: 3 set. 2025.

SOUZA, R. B.; LEAL, J. G. R. P. Reelection de prefeitos no Brasil: um balanço bibliográfico. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 20, n. 1, p. 113-138, 2023. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/241>. Acesso em: 3 set. 2025.

SPECK, B. W.; PEIXOTO, V. M. Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil [1998-2020]. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 39, p. e258449, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.258449>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/W9YYvT9fYsbKT8yVCx9Tfxg>. Acesso em: 3 set. 2025.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA

ABNT: PEIXOTO, V. M.; OLIVEIRA, B. G.; LEITE, D. A.; SALLES, R. S. Impactos políticos da petrodependência nos municípios fluminenses. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, v. 27, n. 2, e27223458, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23458>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23458>.

APA: Peixoto, V. M., Oliveira, B. G., Leite, D. A., & Salles, R. S. (2025). Impactos políticos da petrodependência nos municípios fluminenses. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, 27(2), e27223458. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23458>.

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Vitor de Moraes Peixoto – Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor associado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: vpeixoto@pq.uenf.br.

Bruna Gomes de Oliveira – Graduanda em Administração Pública na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Bolsista no Núcleo de Estudos em Representação e Democracia na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: gomesbruna561@gmail.com.

Davi Athaydes Leite – Graduando em Administração Pública na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Bolsista no Núcleo de Estudos em Representação e Democracia na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: daviathaydes1@gmail.com.

Rafael Soares Salles – Mestre e Doutorando em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: rafael.salles@pq.uenf.br.

FINANCIAMENTO

Os autores declaram que este trabalho é resultado do projeto de pesquisa FAPERJ – APQ1 CNPq “Petro rendas e política local: competição eleitoral e políticas públicas em municípios produtores de petróleo”. Financiamento: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ – Auxílio financeiro.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Os dados e os procedimentos metodológicos adotados neste artigo estão disponíveis em repositório público do Gitlab em: https://gitlab.com/moraespeixoto/impactos_politicos_petrodependencia.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Os autores não declararam uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

Este documento é protegido por Copyright © 2025 pelos Autores.

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.

NOTA

Este artigo faz parte do Dossiê Temático “Sociedade-Natureza, Economia, Política e Cultura no Noroeste Fluminense e regiões circunvizinhas” selecionado no Edital n. 77/2024 para publicação na *Vértices*.